

**A CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL E SEU POTENCIAL DESTRUTIVO NA
BIODIVERSIDADE BRASILEIRA**

**THE STRUCTURAL CRISIS OF CAPITAL AND ITS DESTRUCTIVE POTENTIAL IN
BRAZILIAN BIODIVERSITY**

**LA CRISIS ESTRUCTURAL DEL CAPITAL Y SU POTENCIAL DESTRUCTIVO EN LA
BIODIVERSIDAD BRASILEÑA**

Samuel de Souza Pinto¹ <https://orcid.org/0009-0008-0502-9730>

Wesley Helker Felício Silva² <https://orcid.org/0009-0000-5015-8357>

RESUMO

O presente artigo busca compreender a destruição do meio ambiente como um efeito do caráter contraditório do desenvolvimento do capitalismo. Para tanto, partiu-se da compreensão da crise estrutural do capital a partir da década de 1970 e sua relação com o colapso ambiental vivenciado pela humanidade, no qual seus impactos refletem principalmente em determinados espaços geográficos de países dependentes como o Brasil. O trabalho foi realizado a partir da pesquisa bibliográfica e documental que, à luz do materialismo histórico dialético, buscou elencar as categorias teóricas que elucidasse o processo de expansão destrutiva do capitalismo, que ignora princípios éticos da humanidade na sua relação com a natureza, conduzindo-a para um destino incerto e obscuro. Como desdobramento, nas últimas três décadas, figuram-se a floresta Amazônica e o bioma Cerrado enquanto os espaços brasileiros mais acometidos pelas atividades do agronegócio sob a égide destrutiva do capitalismo. A compreensão desta dinâmica da lógica de ferro busca fomentar novos debates científicos que tenham como princípio a defesa do Meio Ambiente e a construção de uma nova agenda societária que contrarie os imperativos destrutivos do sistema do capital.

Palavras-chave: Crise estrutural. Colapso Ambiental. Sistema capitalista. Amazônia; Cerrado.

ABSTRACT

This article seeks to understand the destruction of the environment as an effect of the contradictory character of the development of capitalism. To do so, we started from the understanding of the structural crisis of capital from the 1970s and its relationship with the environmental collapse experienced by humanity, in which its impacts reflect mainly in certain geographic spaces of dependent countries such as Brazil. The work was carried out based on bibliographical and documentary research that, in the light of dialectical historical materialism, sought to list the theoretical categories that elucidated the process of destructive expansion of capitalism, which ignores ethical principles of humanity in its relationship with nature, leading to to an uncertain and obscure destination. As a development, in the last three decades, the Amazon forest and the Cerrado biome are

¹ Graduado em Serviço Social pela Universidade Estadual de Montes Claros/MG e Mestrando em Serviço Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF. E.-mail: mail.samuelsouza@gmail.com

² Professor do Curso de Serviço Social da Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes, Mestre em Serviço Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora/MG - UFJF (2010) e doutorado na mesma área pela Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ (2016). Atua principalmente nos seguintes temas: Teoria do valor; Crise; Barbárie; Estado; Fundo Público e Políticas sociais. E-mail: wesleyfelicios@gmail.com

the Brazilian spaces most affected by agribusiness activities under the destructive aegis of capitalism. Understanding this dynamic of iron logic seeks to foster new scientific debates that have as their principle the defense of the Environment and the construction of a new corporate agenda that contradicts the destructive imperatives of the capital system.

Keywords: Structural crisis; Environmental Collapse; Capitalist system; Amazon; Thick.

RESUMEN

Este artículo busca comprender la destrucción del medio ambiente como efecto del carácter contradictorio del desarrollo del capitalismo. Para ello, partimos de la comprensión de la crisis estructural del capital a partir de la década de 1970 y su relación con el colapso ambiental vivido por la humanidad, en el que sus impactos se reflejan principalmente en determinados espacios geográficos de países dependientes como Brasil. El trabajo se realizó con base en una investigación bibliográfica y documental que, a la luz del materialismo histórico dialéctico, buscó enumerar las categorías teóricas que dilucidaron el proceso de expansión destructiva del capitalismo, que desconoce principios éticos de la humanidad en su relación con la naturaleza, conduciendo a un destino incierto y oscuro. Como desarrollo, en las últimas tres décadas, la selva amazónica y el bioma del Cerrado son los espacios brasileños más afectados por las actividades del agronegocio bajo la égida destructiva del capitalismo. Entender esta dinámica de lógica férrea busca propiciar nuevos debates científicos que tengan como principio la defensa del Medio Ambiente y la construcción de una nueva agenda corporativa que contradiga los imperativos destructivos del sistema del capital.

Palabras clave: Crisis estructural; Colapso Ambiental; Sistema capitalista; Amazonas; Grueso.

INTRODUÇÃO

As últimas três décadas do século XX e a virada dos anos 2000 são fortemente marcadas pelos impactos causados pela reorganização do modo de produção capitalista que promoveram uma produção exacerbada de mercadorias, impactando diretamente nas mudanças climáticas; no aceleração da poluição e destruição de *habitats* naturais, no impulsionamento da superexploração de recursos hídricos e apresentou ao mundo um novo condicionamento na dinâmica das relações sociais, políticas, econômicas, culturais e ambientais.

Perante o exposto, o presente estudo busca compreender a relação entre a crise estrutural do capital a partir da sua lógica contraditória de autoexpansão e o colapso ambiental vivenciado pela humanidade no tempo presente. Trata-se de uma problemática econômico-social que engloba fatores como: exploração de matéria-prima para obedecer à lógica de acumulação capitalista, destruição de vegetações, genocídio de populações nativas, poluição atmosférica que promovem mudanças na relação entre seres humanos e natureza e, especialmente no que se refere à manifestação da crise estrutural que coloca em risco não só o

equilíbrio ambiental e impõe limitações ao gênero humano nas suas possibilidades de construção do futuro.

Para tanto, demarcou-se a década de 1970 e os períodos que a sucedem como fundamentais para a compreensão desta crise, visto que a partir destas demarcações, compreende-se que as destruições ambientais promovidas pelo capitalismo partem de uma lógica contraditória de produção que reflete de forma única e intensa, sobretudo no tecido social de países dependentes. Leva-se em consideração também as transformações societárias, o avanço das forças produtivas, da ciência e tecnologia enquanto mecanismos fundamentais no suporte na destruição da natureza.

Diante do exposto, o presente estudo justifica-se na urgência de se discutir a questão ambiental no ambiente acadêmico e comunitário e suas alternativas na estruturação duma agenda política cujos principais objetivos estejam pautados na formulação coletiva de Políticas Sociais, na proteção de reservas de povos originários e, essencialmente, na defesa do tripé: Ensino, Pesquisa e Extensão, pois este dispõe de elementos fundamentais na construção permanente da dinâmica do pensamento social crítico.

Assim, este trabalho se sustenta a partir do materialismo histórico e dialético enquanto apreensão da realidade e busca historicamente compreender as determinações socioeconômicas e ambientais sob a crise estrutural do sistema capitalista. Captar os processos pela dialeticidade supõe que a realidade social, a partir da sua dinâmica contraditória, apresenta fenômenos para além da sua aparência imediatamente dada.

Desta forma, a pesquisa foi realizada por meio de uma abordagem qualitativa e os procedimentos metodológicos adotados foram a revisão bibliográfica e análise documental, cuja finalidade foi compreender o colapso ambiental em curso e a sua relação simbiótica com a dinâmica da acumulação capitalista. Debruçar-se na bibliográfica científica como ponto de partida tem como precondição a compreensão da realidade de maneira totalizante, o que contribui para o surgimento de novos cenários de estudo enfocados nas particularidades de determinados espaços geográficos.

Torna-se fundamental destacar a influencia teórica do autor húngaro István Mészáros para a construção do estudo, especialmente por meio da sua obra *Para Além do Capital* (2011). Entre tantas produções literárias acerca da temática, justifica-se a escolha pela referida obra, dada a sua magnitude que contempla grande parte deste estudo e pela sua ardorosa defesa da humanidade. Ademais, utilizou-se autores (as) condizentes teórico-metodologicamente com o entendimento de Mészáros no que tange o estudo acerca da crise

estrutural do capital e a dinâmica do seu sociometabolismo e, também, das suas expressões e reflexos no bojo das relações sociais.

Nessa perspectiva, focar-se-á na discussão acerca da disjunção entre necessidade e produção de riqueza. A estratégia adotada apresenta elementos históricos e conceituais que evidenciam as mudanças nas relações entre seres humanos e natureza nos períodos anteriores ao domínio do capital, isto é, a Antiguidade Clássica e, logo após, apresentar as relações consolidadas no interior da lógica capitalista.

Em seguida, abordar-se-á sobre como essa nova relação estabelecida na modernidade se materializa e suscita um caráter de incontrollabilidade do capital, com enfoque na destruição da floresta Amazônica e do bioma Cerrado. Trata-se de um sistema que ignora toda e qualquer tentativa de reversão dos seus imperativos e traços destrutivos, que se nutre da natureza, das relações sociais e da força de trabalho humana para perpetuar a sua reprodução.

Conclui-se-á com postulações acerca das possibilidades de transformação da realidade social, na tentativa de encontrar elementos centrais que viabilizem a construção de uma organização societária livre de toda e qualquer tipo de exploração e distante dos imperativos do capital.

Por fim, destaca-se que as considerações realizadas neste trabalho são apenas reflexões e ponderações que podem suscitar de maneira interdisciplinar a abertura de novos direcionamentos políticos e críticos para estudos posteriores. À vista disso, a compreensão crítica da realidade é uma das principais tarefas do tempo presente e, acima de tudo, no que se trata da construção de pautas acerca da transformação social emancipatória.

REFLEXÕES ACERCA DA PRODUÇÃO CAPITALISTA E ACÚMULO DE RIQUEZA

O constante processo de desenvolvimento e expansão do sistema capitalista condiciona a vida humana em todas as suas esferas. Desde os seus primeiros resquícios e raízes, o sistema carrega consigo diversas modificações nas relações sociais. Após os desdobramentos da Revolução Industrial e Científica, o modo de produção capitalista apresentou ao mundo uma nova dinâmica nas relações de produção de mercadorias e consumo, isso porque promove e impulsiona os processos sociais de urbanização, globalização, imigração e industrialização (HARVEY, 2005).

A industrialização, por exemplo, passa a ser entendida como uma das principais responsáveis por essas mudanças, pois o seu processo interfere diretamente na dinâmica dos espaços geográficos, corrobora na intensificação dos fluxos populacionais e alavanca a

instrumentalização de novos meios e mecanismos fundamentais para as atividades humanas, inclusive na sua relação com os recursos naturais enquanto matéria-prima (Idem, 2005).

As transformações históricas apresentadas dizem respeito à intensidade alcançada pelo desenvolvimento do sistema do capital no período após a revolução industrial, que permitiu sua expansão e plena consolidação. A globalização, as novas correntes de pensamento, o avanço das ciências/tecnologia e a cisão entre a antiga relação ser humano e natureza evidenciaram assim, que um novo tempo nasceria e os próximos capítulos da humanidade passariam de fato pela manutenção do sistema. As barreiras do capital se estendiam cada vez mais (NETTO, 2001).

Para Mészáros (2011), especificamente, a dinâmica da disjunção de necessidade e produção de riqueza evidencia uma dupla inquietação. Inicialmente, porque não é possível apresenta-la enquanto um firme suporte, embora o processo seja eficaz principalmente em países capitalistas e privilegiados graças ao seu dinamismo e, secundamente, parafraseando-o, o “o domínio modo de produção do capital possui apenas alguns poucos séculos na história humana, e estabelecer sua permanência absoluta requer muito mais do que as asserções, que se confundem com desejo, dos seus defensores” (MÉSZÁROS, 2011, p.597).

Desse modo, mesmo com a lógica profunda de domínio e universalidade do capital, a sua superação não deve representar um objetivo utópico, pelo contrário, a manutenção da ciência, tecnologia e produção cooptadas por ele, devem servir como uma reversão destes aparatos e que no futuro sejam utilizados para satisfazer as necessidades básicas da humanidade, sustentadas pelo trabalho ontológico (MÉSZÁROS, 2011).

Como circunscreve Paniago (2001), é necessário que retomemos ao passado para encontrar as formas primitivas e transitórias do capital já presentes na Antiguidade clássica. Constata-se que o capital existe antes da sua sistematização capitalista, a sua materialização se dava através de cédulas ou processos de troca ainda distante do seu desenvolvimento e maturidade plenas hoje alcançadas.

Consoante a isso, Mészáros (2011), defende que para compreender a natureza e as forças restritivas e estruturais prevaletentes do capitalismo, é fundamental comparar a ordem estabelecida por ele na atualidade com os seus antecedentes históricos. Assim, implica-se considerar o modo de operação do sistema do capital como exceção e não regra “no que diz respeito ao intercâmbio produtivo dos seres humanos com a natureza em si” (MÉSZÁROS, 2011, p.91)

Os reflexos das primeiras manifestações do capital na Antiguidade não alcançavam o seu caráter universal hoje presente, somente a mercantilização da força de trabalho, as

revoluções industrial e científica, a produção de riqueza e a exploração - em todos os seus sentidos e aspectos - possibilitaram a sua maturidade. A expansão e o caráter de contradições do sistema do capital vão de encontro com a ideia de produção de mercadorias para sanar necessidades básicas humanas, já presentes na Antiguidade. Em outros termos, o capital não aceita nada e nem ninguém que ouse confrontá-lo e, quem o fizer, será destruído (PANIAGO, 2001).

A busca pelas necessidades humanas básicas, enquanto o “primeiro ato histórico”, é o que leva de fato a produção dos meios para satisfazê-las. Compreendem-se aqui as necessidades humanas básicas como um conjunto de elementos fundamentais para sobrevivência, ou seja, primeiro é preciso comer, beber, ter habitação, vestir-se e algumas coisas mais fundamentais para viver e se reproduzir (CARNEIRO, 2002; MARX, 2011).

O processo de desenvolvimento da história humana nos mostra que a relação entre ser humano e natureza é um elemento fundamental na chamada luta pela sobrevivência desde os primórdios. No entanto, com o desenvolvimento da tecnologia, das ciências e o processo de transição para o sistema capitalista, essa relação apresenta mudanças bruscas que impactaram diretamente na natureza e nas relações sociais.

O pensamento crítico-dialético, em conformidade com autores como Mészáros (2011) pontuam que a relação entre ser humano e natureza na antiguidade não representavam uma problemática ou pelo menos em grande parte dela. No entanto, as mudanças trazidas pela instauração do sistema vigente constituíram uma reversão radical dos princípios orientadores que caracterizavam a produção na Antiguidade clássica.

Isso porque uma das principais mudanças trazidas por esse sistema está ligada diretamente a relação entre produção para sobrevivência e produção de riqueza. Na Antiguidade, por exemplo, a riqueza não aparecia como finalidade da produção, o ser humano ocupava esse espaço. Os produtores, de fato, “tinham acesso direto aos meios de sua própria reprodução” (WOOD, 2000, p.2).

Não obstante, ao comparar Antiguidade e Modernidade, há diversas contradições, principalmente no que se trata do não reconhecimento do ser humano enquanto ser político e social e também, na sociedade moderna a produção é, em primeira instância, voltada para o lucro e enriquecimento do sistema capitalista, e não para o atendimento das necessidades básicas humanas como principal finalidade. Na Antiguidade, então, “a riqueza não aparece como a finalidade da produção” (MARX, 2011, p 645).

Ainda sobre a Antiguidade, Mészáros destaca:

A questão é sempre que modo de propriedade cria os melhores cidadãos. A riqueza aparece como um fim em si mesmo apenas entre os poucos povos comerciantes - monopolistas do comércio de longa distância - que viviam nos interstícios do mundo antigo, como os judeus na sociedade medieval... Portanto, a antiga visão na qual o ser humano aparece como finalidade da produção, que não leva em consideração o seu limitado caráter nacional, religioso ou político, parece muito grandiosa comparada ao mundo moderno, no qual a produção aparece como o objetivo da humanidade e a riqueza como o objetivo da produção (MÉSZÁROS, 2011, p. 606).

A produção e acúmulo de riqueza só se tornou de fato finalidade da humanidade no houve o processo de instauração e desenvolvimento do capitalismo, o valor de uso foi deixado para trás e o valor de troca passa a dominar as sociedades. O perverso caráter do sistema do capital em separá-los foi o pilar principal de seu desenvolvimento e reprodução nos séculos seguintes. Isso porque havia um conflito de interesses, visto que somente com o valor de uso os objetivos do sistema não estavam sendo alcançados e, como se sabe, ele necessita constantemente da produção e reprodução do valor de troca para se firmar (MÉSZÁROS, 2011).

É preciso mencionar que as antigas comunidades indianas representavam nitidamente essa relação de produção para consumo e se fundamentavam em posse comum das terras, no artesanato, na agricultura e principalmente na divisão fixa do trabalho. Ainda na lógica destas comunidades, somente as produções excedentes eram comercializadas, isso significa que as necessidades humanas básicas da comunidade ocupavam espaço prioritário na produção e somente o excesso era destinado para as trocas comunitárias.

Em suma, o mecanismo comunal representava uma divisão planejada do trabalho (MÉSZÁROS, 2011). As relações de produção comunitárias se estendiam para além das comunidades citadas na Antiguidade, o artesanato urbano, por exemplo, denunciava que a finalidade da produção dos objetos acompanhava o raciocínio dos povos indianos, ou seja, a produção para subsistência e não com o aspecto de acúmulo ou riqueza.

Nos escritos de Marx (2013), outro exemplo clássico e contrário à lógica dominante do capital, em especial o capital mercantil em expansão, diz respeito ao sistema de guildas também presente na Antiguidade, isso porque havia um conflito direto entre os princípios constitutivos do capital que caminhavam de encontro às práticas produtivas de subsistência das guildas. Entretanto, estas práticas ainda obtiveram sucesso por muito mais tempo que as práticas das comunidades indianas devido à sua orientação “e a razão pela qual foram bem-sucedidas por muito tempo na sua ação defensiva foi sua orientação para a produção de valores de uso” (MÉSZÁROS, 2011, p. 607).

Em contrapartida, as práticas pautadas no autoconsumo ou contrárias ao posterior domínio do capital perderam espaço e relevância no ambiente da produção, pois a lógica inata do capitalismo primeiro impunha “várias determinações espontâneas antes que pudesse com sucesso impor à humanidade os imperativos materiais de seu próprio funcionamento” (MÉSZÁROS, 2011).

Para Mézáros

Não é a unidade da humanidade viva e ativa com as condições naturais, inorgânicas da sua troca metabólica com a natureza, e portanto sua apropriação da natureza, que requer uma explicação ou é o resultado de um processo histórico, mas antes a separação entre estas condições inorgânicas da existência humana e sua existência ativa, uma separação que está posta completamente apenas na relação entre trabalho assalariado e capital (MÉSZÁROS, 2011, p. 608)

Isso evidencia que o modo de produção capitalista ignora a relação de domínio dos seres humanos sobre a natureza como precondição necessária para o seu processo de sobrevivência, e é a partir disso que as suas contradições são evidenciadas. Ao passo em que as comunidades sustentadas na produção para consumo se desenvolviam e, não somente os povos indianos, o sistema do capital encontrava maneiras de permear essas relações básicas objetivadas para a disjunção entre a produção para necessidade e a produção para riqueza.

As comunidades então deixam de produzir predominantemente para autoconsumo e passam a ser engolidas pelos imperativos materiais do capital e sua incessante busca pelo valorização do valor, “as comunidades indianas fechadas em si próprias e autossuficientes tiveram, de fato, que pagar um preço muito elevado pelo modo no qual as condições de existência do seu povo continuaram a ser repetidamente reproduzidas com autoimposta estabilidade” (MÉSZÁROS, 2011, p. 609).

Conforme circunscreve Wood (2000), a ruptura nos antigos padrões de interação entre seres humanos e natureza (para alcançar suas necessidades básicas) se apresenta como um solo fértil para o desenvolvimento do capital, isso porque ele permeia, mesmo que tardiamente, as relações de trocas para se consolidar.

Sob outro viés, em Carneiro (2002) percebe-se que há a defesa da ampliação das necessidades como eixo central da vida humana na modernidade e, seria através de equipamentos potencializadores de novas forças produtivas que haveria o alcance pleno desses anseios. No entanto, todo o sistema de necessidades humanas, junto com suas condições de satisfação, é radicalmente alterado no curso das transformações históricas.

Ainda para Mézáros (2011):

Enquanto permanece um desafio aberto a questão da “unidade da humanidade ativa com as condições naturais inorgânicas da sua troca metabólica com a natureza”, sua realização é apenas concebível no nível mais avançado de intercâmbio produtivo com ambas as dimensões da natureza. Deve abarcar a natureza “externa”, confrontando o ser humano natural (com suas múltiplas propriedades e forças adaptáveis, assim como com suas resistências indomáveis), e a natureza “interior”, isto é, a “própria natureza da humanidade” que se desenvolve historicamente (a qual inclui as condições inorgânicas, naturais, de intercâmbio com a natureza) (MÉSZÁROS, 2011, p. 608).

Logo, as imposições do modo de produção e reprodução do capital determinaram e determinam as vontades do sujeito, pois sob o comando do capital os seus desejos e anseios não são mais seus. A sua propriedade, por exemplo, passa a ser uma extensão do sistema e por isso há uma ruptura entre produção para as necessidades básicas humanas e produção para acúmulo de riqueza. Assim, o sistema posto tende a destruir toda e qualquer lógica que contrarie o seu processo de desenvolvimento e acumulação, inclusive a produção de mercadorias para subsistência (PANIAGO, 2001, p. 129).

Ainda em Wood (2000) todas as cidades ou áreas urbanas que se utilizam da troca de mercadoria ou do comércio como forma de reprodução tendem a carregar consigo potenciais capitalistas, em outros termos, basta “apenas uma relativa expansão espontânea do comércio para desencadear o desenvolvimento do capitalismo e leva-lo à maturidade” (WOOD, 2000, p 12).

Dessa forma, em relação ao seu desenvolvimento, a dinâmica do sistema do capital impôs a humanidade “a produção de riqueza como finalidade que a tudo absorve” (MÉSZÁROS, 2011, p.610). Assim, a produção enquanto valor de uso desapareceu no horizonte e os imperativos do capital passaram a determinar o as relações sociais e de produção.

As transformações políticas, econômicas, sociais, culturais e ambientais promovidas pelo avanço das forças produtivas trouxe a humanidade nos últimos três séculos incontáveis ameaças como as destruições ambientais, a fome, as desigualdades, mortes em níveis elevados, guerras, dentre outros (HARVEY, 2005).

As condições impostas pelo sistema posto não só condicionaram todo o progresso da humanidade como também iniciou um processo de ressignificação econômica no que tange a relação dos seres humanos com a natureza. O conceito de propriedade enquanto um elemento fundamental para o desenvolvimento dos seres humanos foi brutalmente modificado devido aos fortes impactos das determinações capitalistas (MÉSZÁROS, 2011).

Dessa forma, a propriedade não remete mais uma extensão da humanidade, muito menos “a relação de um ser humano com suas condições naturais de produção como pertencentes a ele, como suas, e pressupostas junto com o seu próprio ser; relações com tais condições como pressupostos naturais de seu eu” como afirma Mészáros (2011, p. 611). Pelo contrário, sob o domínio do sistema capitalista o sujeito que vende sua força de trabalho não pode nem mais considerar a mercadoria como parte constitutiva do ser. Logo, há uma ruptura entre ser humano e a sua maneira de se relacionar com a natureza, ou seja, com o fruto do seu trabalho.

A sagacidade do capital em entranhar-se nos antigos padrões de interações entre seres humanos com a natureza é o que permite a sua constante expansão “de maneiras e em graus que outras formas sociais desconheciam - permanentemente acumulado, buscando novos mercados, impondo seus imperativos em novos territórios e em novas esferas da vida, em seres humanos e sobre o meio ambiente” (WOOD, 2000, p 14).

Na ótica descrita por Mészáros, “a maneira com que o capital se relaciona com as condições básicas de reprodução do metabolismo social está vinculada à necessidade de contínuo crescimento de escala de produção e da disputa pelos domínios dos mercados” (PANIAGO, 2001, p. 87) e, para isso, necessita da ressignificação da propriedade para dar continuidade no seu processo de expansão e exploração dos recursos materiais e da força de trabalho.

Nesse raciocínio, a lógica do sistema capitalista sobrepõe às vontades e anseios dos sujeitos e, principalmente, ressignificam a sua relação com o mundo material e do trabalho, “o eu real dos sujeitos produtivos é destruído por meio da fragmentação e da degradação do trabalho à medida que eles são subjugados às exigências brutalizantes do processo de trabalho capitalista” (MÉSZÁROS, 2011, p. 611).

O processo de alienação como engenho de manipulação e de distanciamento do ser humano da sua essência é o que permite as viáveis condições de reprodução do sistema do capital, os sujeitos se tornam meramente consumidores manipulados e distantes da sua própria produção material.

O principal caminho a ser trilhado - e também o mais complexo - é de como tornar novamente o ser humano como finalidade da produção diante da constante expansão do capital, do seu caráter incontrolável, das suas nítidas contradições intrínsecas e da sua dinâmica inevitavelmente expansível “que cria uma força permanentemente revolucionária, que, incessante e constantemente, reforma o mundo em que vivemos” (HARVEY, 2005, p.43).

Identificar esses aspectos mencionados aqui vai ao encontro com o que Mészáros (2011) retratava em não insistir na ideia de que o capital é simplesmente uma entidade material ou um mecanismo racional de controle, pelo contrário, ele se manifesta como uma forma incontável de domínio sociometabólico que engloba toda e qualquer esfera da vida.

A discussão travada até aqui, portanto, compreende que é primordial reconhecer as crises do valor de troca no interior do sistema do capital que implicam diretamente na “redefinição radical ‘de riqueza’, nomesmo espírito em que o significado distorcido pelo sistema capitalista de ‘propriedade’ necessita de uma redefinição radical” (MÉSZAROS, 2001, p.604).

O ANTAGONISMO ENTRE CAPITALISMO E MEIO AMBIENTE

A defesa do modelo econômico norte-americano de alto consumo em massa presente nas décadas anteriores à virada do século XX não consideravam, de fato, as dimensões da natureza e a finitude dos recursos naturais já naquela época. Para Mészáros (2011, p. 987) “a eventual universalização do referido padrão - para não mencionar a tolice que este ideal representa em termos econômicos e sociopolíticos - determina a exaustão dos recursos ecológicos de nosso planeta muito antes do final daquele século”. A derrubada do padrão de consumo insustentável estadunidense, no entanto, não safou a humanidade de sofrer as consequências do sistema, pois as destruições ambientais não só atravessaram o campo das ideias positivistas daquela época, como também percorreram um caminho extenso que manifestam suas consequências até os dias atuais.

Assim, num contraponto lógico e sustentável diferentemente do modelo econômico supramencionado, tudo seria mais fácil se a humanidade seguisse os padrões indígenas e a sua relação direta com a natureza para subsistência e produção para autoconsumo, ou seja, “ninguém devia consumir a natureza mais do que lhe era essencial para continuar existindo no pleno desenvolvimento de suas capacidades e, além disso, devia legar estas condições de existência para o futuro das novas gerações” (MENEGAT, 2020, p. 4).

Sabe-se que essa realidade não se apresenta como possível nas condições atuais do sistema capitalista, entretanto, reforça-se aqui um forte indicativo ético e humanitário dessa relação já existente no passado e que deve servir de horizonte estratégico para a construção de uma realidade alternativa. As potentes armas de controle do capital e a sua Convergência do terror não devem - ou não deviam - superar a vontade humana de existir e de se reproduzir, muito menos coloca-la à beira de um colapso ambiental.

Ainda em Menegat:

O futuro não é um resultado de uma mera ocorrência, mesmo que sempre estivesse em aberto. Isso, no entanto, acontecia quando era possível escolher inflexões diferentes da forma social. Hoje o presente é tão somente o apagar das luzes que o separava do futuro. Transformou-se numa época em que, por excessivamente ocupada consigo mesma, viu o futuro desaparecer como estrutura do tempo (MENEGAT, 2020, p. 4-5).

À vista disso, compreende-se que a problemática entre a relação de produção do sistema capitalista e o antagonismo evidente com a natureza é fruto de uma bagagem histórica e evidencia que “o problema da ecologia é real já há algum tempo, ainda que, evidentemente, por razões inerentes à necessidade do crescimento capitalista, poucos tenham dado alguma atenção a ele” (MÉSZÁROS, 2011, p.979).

Embora a crise ecológica tenha se manifestado enquanto um fenômeno nas décadas anteriores, o debate acerca dessa problemática não tem ocupado espaço relevante no âmbito da ciência como uma questão evidente (POTYARA, 2001).

Sob a ótica de Gomez (2017) assinala-se que a ganância obrigatória do sistema do capital em se desenvolver acima de tudo e todos denuncia o seu aspecto inato de destrutividade e nos aproxima do fim do mundo que conhecemos. A lógica capitalista da produção de mercadorias obsoletas em larga escala e conseqüentemente o uso exacerbado de matéria-prima denuncia fortemente as contradições no interior do sistema acumuladas nas últimas décadas. Desse modo, “o consumo dos elementos provenientes da natureza e a produção de resíduos, lixos e poluição crescem exponencialmente, e, portanto, para muito além do que poderia indicar os dados referentes ao crescimento econômico” (GOMEZ, 2017, p.7).

Os rastros destrutivos deixados pelo sistema do capital amontoados nos últimos tempos se tornam cada vez mais evidentes quando se conecta a relação entre o passado e o presente. O conjunto de decisões do pensamento liberal - e futuramente adotadas pela corrente neoliberal - fortalecidas nas três últimas décadas condicionou a humanidade a pagar o ônus de uma dívida que nem era da sua responsabilidade, ou seja, a mercantilização de todas as relações sociais se tornaram ainda mais evidentes. De acordo com Menegat (2020), o pensamento neoliberal atrelado à ideia de acumulação fictícia do sistema do capital não tinha em mente outro propósito senão o “exercício de transferir para o futuro a conta de um presente que já não cabia mais na valorização do valor” (MENEGAT, 2020, p.5).

Postulado por Paniago (2001), reconhecer no capitalismo as contradições que lhe são imanentes é um forte e necessário exercício para lidar com o seu caráter explosivo, isso

porque sua maneira inata de lidar com as “contradições é intensifica-las a um nível mais elevado, desloca-las para um plano diferente, suprimi-las contanto que seja possível assim o fazer, e quando elas não mais podem ser suprimidas, exporta-las a uma esfera ou a um país diferente” (MÉSZÁROS, 2011, p. 800). Sorte da humanidade se as contradições do sistema do capital não atravessassem uma determinada região ou país, no entanto, o seu caráter destrutivo e global coloca a humanidade diante de uma dupla, explosiva e complexa narrativa.

Primeiro, por que não envolve só a possibilidade da inexistência das gerações futuras como também a necessidade de superação dessa lógica destrutiva que a cada segundo apaga as poucas luzes restantes da humanidade devido ao seu processo de acúmulo de riqueza e expansão universal. Segundo, a idealização de uma realidade alternativa - e não utópica - que contrarie toda essa lógica acumulada pelo capital nas últimas décadas deve seguir como inspiração o padrão da relação entre seres humanos e natureza presentes nas primeiras comunidades. Utilizando-se dos recursos tecnológicos, biológicos e científicos - hoje cooptados pelo capital - como instrumentos para alcançar o que tanto se defende no pensamento crítico-dialético: o trabalho ontológico como motor fundante das relações sociais e a ética como finalidade (ANTUNES, 2009).

Ainda para Antunes (2009, p.54)

Claro que aqui não se está questionando o efetivo avanço tecnocientífico, quando pautado pelos reais imperativos humano-sociais, mas sim a lógica de um sistema de metabolismo do capital que converte em descartável, supérfluo e desperdiçado aquilo que deveria ser preservado, tanto para atendimento dos valores de uso sociais quanto para evitar uma destruição incontrolável e degradante da natureza, da relação metabólica entre homem e natureza.

Dessa forma, os recursos ambientais, tecnológicos e científicos devem ser resgatados das garras do capitalismo e se adequarem como pilares imprescindíveis de sustentação para a construção de uma sociedade alternativa, isso porque há um nítido processo de cooptação inerente à natureza do capital, visto que o “seu crescimento dentro de um sistema global conjugado com sua concentração e sempre articulação com a ciência e tecnologia abala e torna anacrônica a subordinação socioestrutural do trabalho ao capital” (MÉSZÁROS, 2011, p. 990). As soluções estratégicas políticas, ambientais, tecnológicas e científicas necessitam de um olhar para além das fronteiras do capital, embora as suas raízes estejam atreladas ao modo de produção capitalista.

A humanidade está à beira de uma grande virada histórica. Nas palavras de Gomez (2017, p.8) “a desintegração social, o colapso subjetivo, as epidemias de guerras, os surtos sem violência sem sentido ou fundamento, que ocorrem com todo vapor nos dias atuais,

ganharão novo impulso”. Soma-se a essas adversidades um enorme colapso ambiental que em maior ou menor grau atinge todas as esferas da humanidade.

Os efeitos disso no atual contexto de crise estrutural do capital é que em razão do seu caráter expansionista, qualquer tentativa de reversão dos efeitos dessa implica diretamente em mais destruição do meio ambiente e do acirramento das desigualdades, que v ao encontro com o que Mészáros (2011) caracterizava como a impossibilidade do capital de separar o avanço da destruição, nem progresso do desperdício. Os avanços dos imperativos econômicos deste sistema, mesmo que coloque em risco a sua própria aniquilação, não levam em consideração, em primeira instância, as necessidades dos seres humanos, pois faz parte do seu modo de ser e produzir.

Ainda para Mészáros (2011, p.801):

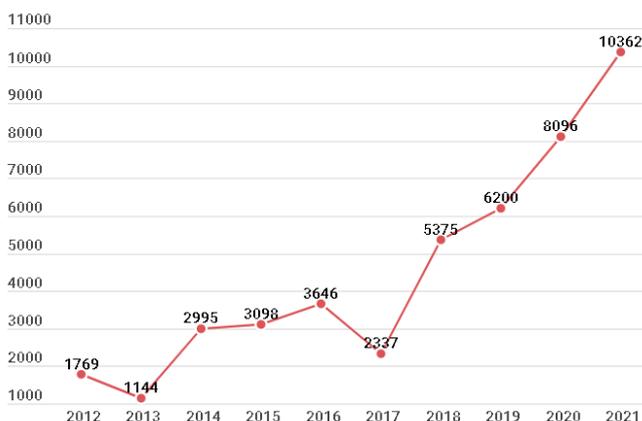
A devastação sistemática da natureza e a acumulação contínua do poder de destruição - para as quais se destina globalmente uma quantia superior a um trilhão de dólares por ano - indicam o lado material amedrontador da lógica absurda do desenvolvimento do capital. Ao mesmo tempo, ocorre a negação completa das necessidades elementares e incontáveis milhões de famintos: o lado esquecido e que sofre as consequências dos trilhões de desperdiçados.

Nesse caminho, compreender os fundamentos dos limites absolutos e do possível colapso do sistema do capital possibilita a apreensão para encarar “sua lógica de ferro e impedir que ela recaia sobre nós como um destino seco e possivelmente terrível” (GOMEZ, 2017, p.9). A avalanche quase sem fim do capital implica diretamente na destruição das condições de vida na terra, especialmente da natureza e da força de trabalho humana como limite absoluto do sistema.

A APROPRIAÇÃO DA NATUREZA PELO CAPITAL: DESTRUTIVIDADE DA BIODIVERSIDADE BRASILEIRA

O desmatamento impulsionado pela lógica predatória do capital é a forma mais concreta e imediata de destruir todas as formas de vida em escala planetária (MARQUES, 2018). Não é preciso percorrer um caminho muito longo ou atravessar continentes ao redor do globo para compreender a questão da destruição de áreas florestais para a constante expansão deste modo de produção. No Brasil, por exemplo, os dados estatísticos do período de 2012 a 2021 a serem apresentados, buscam explanar a relação entre a crise estrutural do capital e a destruição da biodiversidade brasileira.

Figura 1: Área desmatada da Amazônia entre os anos 2012 e 2021.



Fonte: Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia, 2021.

O panorama supracitado apontado pelo Sistema de Alerta de Desmatamento - SAD do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (*Imazon*) revela que o bioma em evidência vivenciou no ano de 2021 a sua pior temporada em uma década. Os dados do SAD indicam que “de janeiro a janeiro, foram destruídos 10.362km² de mata nativa, o que equivale a metade de Sergipe”. No mesmo relatório, em comparação com o ano de 2020, o desmatamento na floresta Amazônica “já havia ocupado a maior área desde 2012, com 8.096km² de florestas destruídos, a devastação em 2021 foi 29% maior (IMAZON, 2022)

Diante do cenário, cabe pensar que a crise estrutural do capital se manifesta, neste primeiro ponto, a partir do amadurecimento contraditório do sistema capitalista que acompanha a dinâmica histórica da sociedade no decorrer dos anos.

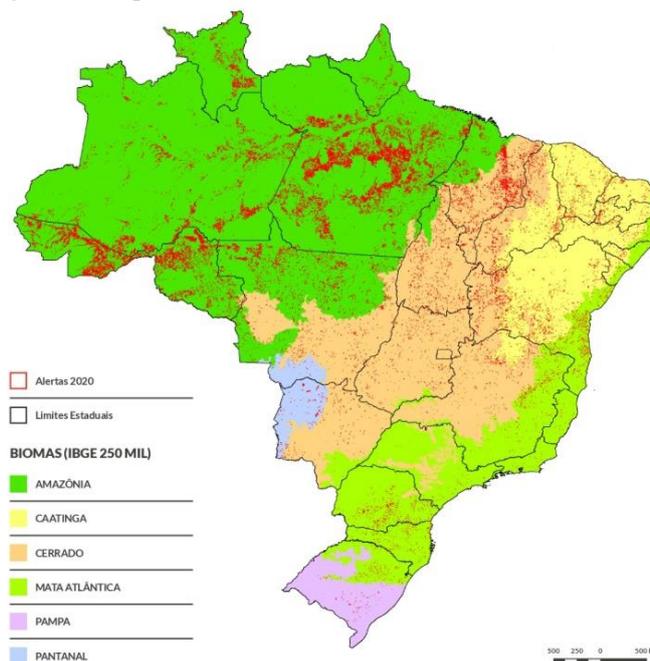
Para atender a sua lógica de produção descontrola de mercadorias, o sistema intensifica as atividades de garimpo, fomenta as atividades ilegais em terras indígenas e promove uma destruição em escala da biodiversidade existente no país. Assim, releva-se que “a disputa histórica pela terra sempre foi feita com expropriações violentas e sangrentas por parte da classe dominante e essa disputa desigual se renova no tempo e espaço” (DINIZ; MIRANDA; SANTANA, 2022, p. 361). Sob a égide da valorização do capital, soma-se a essas problemáticas os trabalhos análogos à escravidão evidenciados nos últimos anos.

Em comparação com o ano de 2021, o Relatório Anual do Desmatamento no Brasil publicado em 2020 releva que neste mesmo ano, uma área de 13.853km² foi destruída no país, equivalente a uma área dez vezes maior que a cidade de São Paulo. A floresta Amazônica, conhecida mundialmente como a maior floresta equatorial³ do mundo, que abriga cerca de um terço das florestas tropicais do planeta, tem sido alvo de constante destruição dos seus recursos e tem se intensificado nos últimos anos.

³ Ver Lei nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006.

O Relatório supracitado ainda informa que a floresta Amazônica e o bioma Cerrado, juntos, correspondem por aproximadamente 90% dos alertas de desmatamento (pontos vermelhos destacados abaixo na Figura 2) e por 92,1% de área desmatada no ano de 2020. Os dados alarmantes de desmatamento no Brasil também evidenciam que o bioma Cerrado, embora possua um número de alertas inferior à floresta Amazônica, é igualmente alvo de constantes destruições e tem aproximadamente 32% da sua área desmatada.

Figura 2: Mapa dos alertas de desmatamento no Brasil em 2020.



Fonte: Relatório Anual do Desmatamento no Brasil, 2020.

Para além de dados estatísticos aludidos aqui, o ano de 2020 em particular foi árduo para a realidade sociopolítica do Brasil, enquanto milhares de pessoas perdiam suas vidas para a pandemia do COVID-19⁴, uma expressiva área da floresta Amazônica e do bioma Cerrado foi perdida em função do desmatamento.

O bioma Cerrado, considerado o segundo maior da América do Sul e o maior segundo bioma do Brasil, também se tornou alvo de desmatamento e depredação nos últimos anos. Refere-se a uma problemática referente ao aumento da abertura de novas áreas para a extensão das atividades agropecuárias e exportação de soja. Um bioma que abriga 22% do

⁴ A Organização Mundial da Saúde - OMS define o COVID-19 como uma doença infecciosa causada pelo coronavírus SARS-CoV-2. Os países dependentes foram os mais afetados pela pandemia do novo corona vírus. Atualmente mais de 6 milhões de pessoas morreram em virtude dos sintomas desde o ano de 2019 e, no Brasil, o número ultrapassa a marca de 677 mil mortos (G1, 2022).

território brasileiro e possui uma formação de vegetações diversas com grandes potenciais aquíferos merece atenção no que diz respeito à sua destruição (IMAZON, 2022).

A história do Cerrado nos últimos tempos não tem se diferenciado muito do que ocorre com a Amazônia, no que se referem às queimadas, poluições terrestres e conflitos ambientais. Nesse sentido, “estima-se que a destruição do Cerrado provocará a ruína dos principais aquíferos do país (inclusive o Aquífero Guarani) e poderá desencadear uma crise hídrica de gravíssimas proporções” (GOMEZ, 2017, p.8). Além disso, ainda para o autor, a privatização dos bens naturais aliado à poluição constante do meio ambiente sob o uso de recursos tecnológicos, promove a desertificação dos solos e destrói as suas possibilidades de recuperação. As principais causas do desmatamento no Brasil, em especial na Amazônia e no Cerrado, estão ligadas à exploração de madeira de forma ilegal, pecuária, extrativismo vegetal, mineral e a pecuária enquanto uma das principais atividades econômicas do país.

O sistema capitalista diante do seu caráter de universalidade promove um processo de mobilidade geográfica em direção a todas as regiões do mundo na tentativa de produzir mercadorias e, não importa qual região será destruída, tampouco qual mercadoria será produzida (HARVEY, 2005).

Estes problemas devem ser pensados a partir da relação do Estado neoliberal no que tange à fragilidade de políticas ambientais, da sistematização do capitalismo que dita as direções de produção e consumo da humanidade e, não se tem como finalidade compreender essas relações a partir de uma concepção a-histórica desclocada das imposições que a crise estrutural do capital vem impulsionado nas últimas décadas. A agudização das desigualdades sociais é um problema real e deve ser compreendida no interior das contradições deste sistema.

CAPITALISMO E MUDANÇAS CLIMÁTICAS: UM MUNDO CADA VEZ MAIS QUENTE

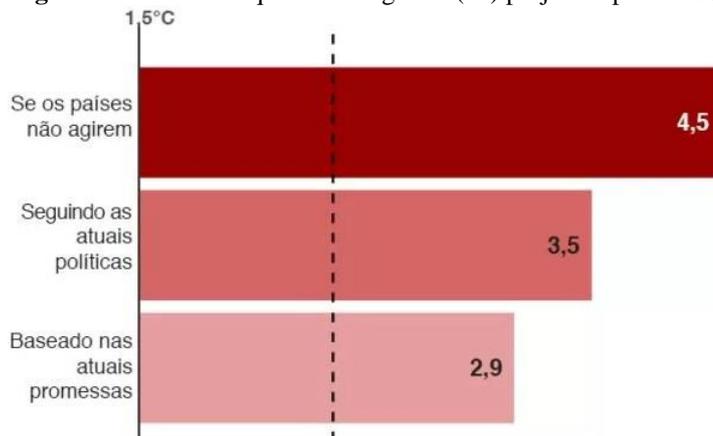
O desmatamento é uma das causas mais importantes do aquecimento global que se dá “a uma velocidade sem precedentes desde o fim da última glaciação” (MARQUES, 2018, p. 189). As emissões de gases poluentes intensificam o efeito estufa e as emissões oriundas, sobretudo do desmatamento, tem elevado o aumento da temperatura da terra e dos oceanos no último decênio.

Ressalta-se que as atividades humanas devem ser pensadas sob a sistematização do capitalismo, no que se referem à poluição do ar, dos rios e do mar, as secas, as desertificações,

os incêndios devastadores, as enchentes, as ondas de frio e de calor que são capazes de ameaçar a segurança energética e a elevação do nível do mar (MARQUES, 2018).

O Acordo de Paris⁵ é o principal e mais atualizado tratado internacional contra as mudanças climáticas. Realizado no ano de 2015, envolveu as maiores potências econômicas e políticas do mundo para pensar na redução de gases do efeito estufa. A intenção em questão era manter o aumento da temperatura do planeta abaixo dos 2°C, conforme se visualiza na figura abaixo.

Figura 3 - Média de aquecimento global (°C) projetada para 2100.



Fonte: *Climate Action Tracker*, 2017.

Ainda que as potências mundiais tentem limitar o aumento da temperatura média global menor do que o acordado no Acordo de Paris até o ano de 2100, a meta pode não ser alcançado em virtude da negligência de grandes economias como a China e os Estados Unidos que estão distantes das suas promessas, pois “as chances de que tais políticas sejam implementadas são, contudo, nas condições atuais, nulas, enquanto aumentam as probabilidades de um aumento de 2,4°C a 6°C nas temperaturas médias do planeta até 2100” (MARQUES, 2018, p. 9).

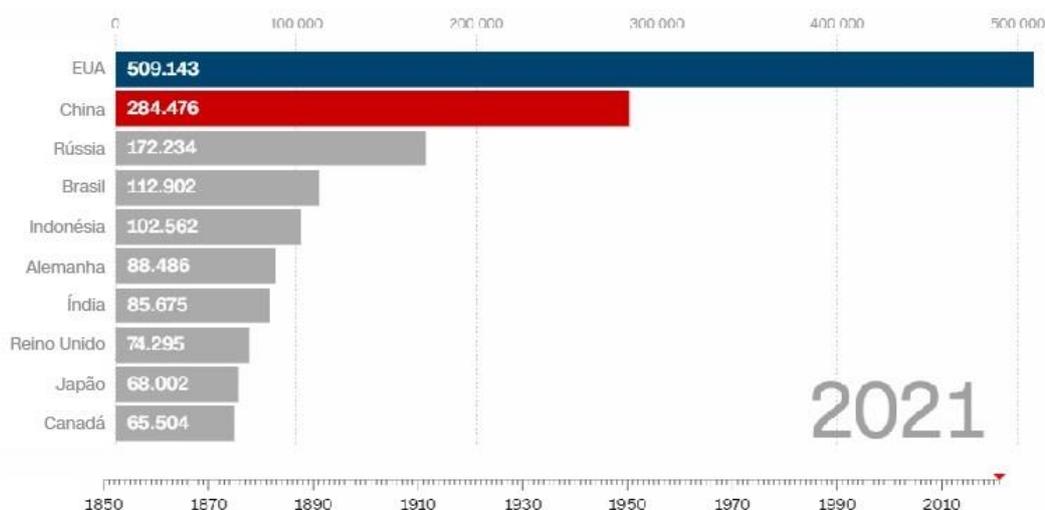
No cenário mais otimista, um relatório especial do IPCC acerca do aquecimento global alerta que o aumento da temperatura a 1,5°C até o final deste século condicionará aproximadamente 14% da população do planeta a ficarem expostas a ondas de calor violentas pelo menos uma vez a cada cinco anos e, “no cenário de aumento de 2°C, o índice da população vulnerável ao calor extremo aumentará para 37%” (THOMAS, 2021).

⁵ O Acordo de Paris, realizado em 12 de dezembro de 2015, foi um compromisso mundial sobre as alterações climáticas que previam metas para a redução das emissões de gases do efeito estufa. O acordo entrou em vigor no dia 04 de novembro de 2016 e foi assinado por 195 países (ONU, 2015). Cabe enfatizar aqui, que no ano de 2017, Donald Trump, ex-presidente dos Estados Unidos, anunciou a saída do país do referido acordo, tal saída se justificou no ceticismo do ex-presidente em relação às alterações climáticas do planeta.

Destarte, percebe-se na figura abaixo a China, os Estados Unidos junto à União Europeia como os maiores produtores dos gases emitidos no mundo e enquanto consequências aniquilam maior parte da biodiversidade do planeta, sobretudo de países dependentes. Perceber que as três principais grandes potências mundiais respondem a maior parte das emissões de gases totais no mundo possibilita a compreensão daquilo que Harvey (2005) demarcava como mobilidade geográfica do sistema capitalista, que expande sua necessidade de produção a qualquer custo.

Percebe-se que o Brasil ocupa a 4ª posição no gráfico dos países que mais emitiram gases de efeito estufa ao longo da história. Acredita-se que tal fato esteja ligado diretamente a atividades agropecuárias vinculadas a empresas estrangeiras ligadas às grandes economias mundiais. A diversidade de biomas reflete a enorme riqueza da fauna e da flora existentes no território brasileiro e, como consequência, se torna alvo de exploração.

Figura 4 - Emissões acumuladas de CO² em milhões de toneladas



Fonte: Carbon Brief, 2021.

Os dois pontos estruturados em formato de dados estatísticos buscam contribuir para a compreensão das operações industriais de grandes potências e sua relação simbiótica com a destruição ambiental em países como o Brasil.

Isso dado que, o desmatamento de áreas florestais está ligado diretamente com o a intensificação do aquecimento global, com a produção desenfreada de carne animal para consumo humano, com a poluição generalizada de mares e rios e com a intensificação do efeito estufa. Com isso, observa-se processo de destruição do meio ambiente em curso e que as luzes restantes da humanidade estão sendo apagadas pelo *ethos* predatório do capital.

Para resgatar Mészáros (2011), são cinco décadas que a crise estrutural do capital dita às regras existentes na sociedade e, nesse ritmo, ele se perdurará até que toda a vida presente e modos de relações na terra sejam extintas. A demarcação das destruições que ocorrem nos espaços geográficos mencionados são exemplos nítidos que estamos caminhando para o desastre.

Assim ocorre, a apropriação e privatização dos bens naturais desencadeia um processo de desigualdades de classes pelas camadas da sociedade e direcionam as piores consequências, danos ambientais e riscos às populações marginalizadas e vulneráveis, o que vai ao encontro do que Marx (2013) postulava nas suas ideias como os lucros privados e os prejuízos socializados. A humanidade necessita do meio ambiente enquanto direito de todos para sobreviver e se reproduzir, entretanto, a sua destruição ocasionada pelo modo de produção capitalista impossibilita um equilíbrio nessas interações.

Para resgatar Carvalho (2003):

Ocorre que vivemos em uma sociedade em que eles [os bens ambientais], assim como outros bens econômicos e sociais, são objetos de uma distribuição desigual. Os grupos com maior força econômica e política [burguesia] terminam sobrepondo seus interesses coletivos na distribuição dos bens ambientais. Apesar de nossa sociedade ser fundada na ideia de igualdade jurídica dos cidadãos e na universalização dos direitos, na prática das relações sociais, a dinâmica da acumulação privada gera distribuição desigual de oportunidades e de condições de vida entre os grupos sociais e se nutre dessa desigualdade. Com os bens naturais não é diferente (CARVALHO, 2003, p.166).

Dessa maneira, os interesses privados dos recursos naturais ocasionam destruições ambientais e acarretam consequências para as classes subalternas, como exemplo, “quando uma indústria libera resíduos ou dejetos tóxicos no ar ou na água (...) está afetando um espaço de existência comum onde vivem comunidades, em geral, pobres” (CARVALHO, 2003, p.166).

Nessa acepção, o colapso ambiental anunciado é compreendido como um processo desencadeado pela lógica destrutiva do modo de produção vigente no seu estado pleno de desenvolvimento, atrelado a gestão inadequada dos recursos naturais e políticas neoliberais. Faz-se necessária a repetição para que não se perca a ideia de que as ações humanas são autodestrutivas e deslocadas numa realidade ditada pelo capitalismo.

A construção de uma nova ordem social para além do capital, portanto, deve ser compreendida como horizonte estratégico, onde não haja domínio ou exploração de classe, etnia e gênero (NETTO, 1996). Além disso, a preservação da natureza, o uso humanitário e ético dos recursos ambientais devem ser reconhecidos como elementos constitutivos da sua

nova estrutura. Não há no mundo materiais infinitos e as modificações industriais sobre os recursos naturais geram resíduos que duram por séculos e, conseqüentemente, geram desequilíbrios.

Os reflexos do colapso ambiental desdobram no bojo das relações sociais e se materializam em desigualdades, vulnerabilidades, injustiça ambiental e as mais diversas formas de violência presentes na sociedade moderna. Como assinala Potyara (2001) o desemprego estrutural é uma consequência de escala planetária e, além dele, outros problemas estão ganhando terreno sem causar grandes comoções sociais.

Ao compreender as inúmeras problemáticas impulsionadas nos últimos anos, localiza-se a deteriorização do meio ambiente enquanto uma das mais expressivas e violentas na atualidade. Trata-se das expressões da “questão social” intensificadas pela economia global e liberalismo de mercado (POTYARA, 2001).

O sistema do capital opera internacionalmente e essa lógica afeta todas as esferas da vida, desde a economia a fatores culturais. A sensação que a essência do capital promove em países centrais nada mais é do que um falso sentimento de igualdade e progresso enquanto impulsiona a destruição em larga escala em países dependentes, além de evidenciar o caráter inato de destruição que revela a impossibilidade de relacionar bem-estar e sistema do capital em uma mesma realidade, isto significa que, “para produzir welfare em alguns lugares, pode estar promovendo diswelfares, em outros (COIMBRA, 1983, p. 93)”.

O caráter mundial de domínio e controle social do sistema do capital encontra-se em um estado tão perverso que, as problemáticas emergidas e agudizadas por ele, não se tornaram alvos centrais de debate ou enquanto questões explícitas. Assim, “ainda não foram alvo de correlações de forças estratégicas, a ponto de abalarem a hegemonia da ordem dominante e permitirem a imposição de um projeto contra-hegemônico” (POTYARA, 2001, p.27).

Em síntese, os desdobramentos mais evidentes - e mais profundos - da destruição produtiva do capital se materializam na vida social enquanto poluição do ar, da terra, do solo, do mar, da devastação de matas ciliares e do extermínio de inúmeras espécies de seres vivos que são fundamentais para o equilíbrio da natureza. O enfrentamento dos desafios impostos pelo caráter predatório do sistema capitalista sobre os recursos naturais tem como obrigatoriedade a unidade entre a economia, a política, a sociedade e o meio ambiente. Reconhecer que as mudanças climáticas nas últimas décadas foram potencializadas por esse modo de produção é fundamental para pensar a sua necessária e completa erradicação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por fim, o que foi exposto ao longo do presente estudo teve como intuito o resgate das consequências socioambientais diante da crise estrutural do capital. No que se refere a esta discussão, tem-se o debate da disjunção entre necessidade e produção de riqueza e a incontrollabilidade do capital como pontos centrais, que possibilita a compreensão das mudanças ocorridas na transição da Antiguidade Clássica para a Modernidade, sobretudo as transformações históricas acarretadas com o processo de maturação do capitalismo a partir da década de 1970.

As relações de produção de mercadorias presente na Antiguidade Clássica tinham como propósito o atendimento das necessidades humanas básicas em primeira instância, isto é, os alimentos, as vestimentas e até mesmo a criação de animais não humanos eram destinadas para o consumo da humanidade. Autores como Carneiro (2002) postula as necessidades básicas como elementos constituintes do primeiro ato histórico, pois primeiro é necessário se alimentar, se vestir, ter habitação e outros elementos fundamentais para a reprodução social.

Em contrapartida, as primeiras evidências do sistema do capital atrelado aos processos da Revolução Industrial Científica promovem uma nova dinâmica na produção de mercadorias e assume a função de acúmulo de lucro e riqueza, considerada como mecanismo de reprodução do sistema vigente na sua incessante busca pela valorização do capital. Nesse sentido, o valor de troca passa a determinar as vontades dos sujeitos e o atendimento das suas necessidades básicas torna-se um momento secundário. A lógica de produção capitalista promove uma inversão nos valores éticos humanos.

Desta forma, o modo de produção capitalista assume um caráter de incontrollabilidade que não pode e nem consegue reprimir o seu impulso de expansão e, na tentativa de expandir cada vez mais as suas barreiras, o sistema se depara com seus próprios limites. Assim, o capitalismo assume cada vez mais uma face destrutiva, pois a sua lógica destrói todo e qualquer obstáculo que contrarie o seu processo de exploração e acumulação de riqueza.

Observa-se então, a manifestação da crise estrutural emergida na década de 1970 enquanto um fenômeno e resposta frente à sua lógica de expansão a qualquer custo. Crise esta que condiciona e apresenta ao mundo uma mudança no bojo das relações sociais manifestadas por um conjunto de transformações sociais, políticas, econômicas e ambientais.

Em relação aos condicionamentos socioambientais impulsionados pela crise estrutural do capital, compreende-se uma gama de implicações e manifestações diretas no meio ambiente e na destruição dos recursos naturais em países dependentes como o Brasil,

especialmente em determinados espaços geográficos que comportam uma gama maior de matéria-prima. Isso ocorre porque a sistematização do sistema vigente considera a natureza como elemento puramente utilitário e necessário para a sua expansão e, encontra em países dependentes economicamente a mão-de-obra barata e a frágil regulação ambiental pelo Estado, ou seja, os dispositivos fundamentais para a continuidade do seu caráter expansivo.

Para que os lucros capitalistas se intensifiquem, os produtos e mercadorias precisam quebrar mais rápidos e tornam-se obsoletos e, para que toda mercadoria seja vendida como produto final, o sistema precisa destruir a natureza para obter matéria-prima. Ademais, para atender às demandas de reprodução do capital, a obsolescência das mercadorias acaba se tornando um processo de destruição, devastação e esgotamento dos recursos naturais. A intensificação do lucro do capital é proporcional às destruições ambientais sofridas pela natureza nos últimos tempos.

Esse modelo de produção e consumo adotado pelo sistema do capital sustentado na estratégia da vida *(in)útil* das mercadorias é determinante para o esgotamento dos recursos naturais. Reforça-se que as destruições impulsionadas pelo capital não se limitam somente a esses pontos abordados até aqui, em vista o seu caráter de universalidade que abarca todas as esferas da vida e do globo terrestre.

O que se depreende, portanto, é a necessidade de tentativa de reversão da lógica destrutiva do capital, uma vez que subordina a vida social aos seus imperativos que leva a humanidade e a natureza em direção ao abismo. Em outros termos, é necessário que se proponha a construção de uma sociedade alternativa que tenha como princípio a preservação da natureza, o que, no entanto, nos impele a erradicação desse modelo econômico sustentado na produção destrutiva do mundo que conhecemos. A Adoção de remédios estruturais é necessária para superar a crise estrutural do capital.

A pesquisa realizada visa contribuir nesse sentido. Mais do que estruturar dados científicos e descrever algumas das características do colapso ambiental, é preciso relacionar elementos que se encontram separados para a compreensão da totalidade. Como advertiu Cristina Fraga acerca da interdisciplinaridade:

A interlocução entre as diferentes áreas do saber constitui-se como um movimento interno de transformações das ciências, precisa estar aberta para o diálogo, pois não emerge espontaneamente, mas exige uma luta árdua por mudança de posturas, construídas tanto no plano individual quanto no coletivo, daí a relevância da interdisciplinaridade (FRAGA, 2010, p.20)

Para esse propósito, tem-se a urgência de pautar as questões socioambientais na construção do conhecimento científico crítico, no reconhecimento das ações coletivas dos Movimentos sociais enquanto portadores de grande relevância na estruturação de uma sociedade democrática e na formulação de Políticas socioambientais que visem alterar e, no melhor dos casos, superar a lógica destrutiva do sistema posto.

O que se pode considerar, por fim, é compreender que os impactos ambientais já estão sendo sofridos e, para preservar o que resta da vida no planeta em todas as suas formas e manifestações, se coloca como urgente compreender essa nova realidade de maneira crítica como elemento fundamental para enfrentar a lógica imperativa do sistema capitalista e impedir que a destruição completa da vida terrestre recaia sobre os corpos das classes menos favorecidas presas no interior do grande capital.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2 ed. [10 reimpr, rev. e ampl.] São Paulo: Boitempo, 2009. 264p.

BRASIL, Lei nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006. Institui o Código Civil. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF.

CARNEIRO, Henrique. **As necessidades humanas e o proibicionismo das drogas no século XX**. Revista Outubro, n 06, 2002. p 115-128

CARVALHO, I. C. M. **Educação Ambiental**: a formação do sujeito ecológico. São Paulo: Cortez, 2003.

DINIZ, Tânia Marai Ramos de Godoi; MIRANDA, Leonardo Costa; SANTANA, Joana Valente. Questões agrárias, urbana e ambiental: Serviço Social e as formas de enfrentamento das relações de exploração e opressão presentes na cidade, no campo e na floresta. Revista Libertas, Juiz de Fora, v. 22, nº2, p.359-382, jul. / dez. 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/article/download/39384/25279>. Acesso em 01 de mar de 2023.

DOTTO, Carlota; REGAN, Helen. **US vs. China**: How the world's two biggest emitters stack up on climate. CNN, 2021. Disponível em <https://edition.cnn.com/2021/10/28/world/china-us-climate-cop26-intl-hnk/index.html>. Acesso em 04/04/2023.

DUNFORD, Daniel; GUIBOURG, Clara; RODGERS, Lucy; STYLIANOU, Nossos. **O aquecimento global em 7 gráficos: evolução e impactos de um mundo cada vez mais quente**. G1, 2018. Disponível em <<https://epocanegocios.globo.com/Mundo/noticia/2018/12/o-aquecimento-global-em-7-graficos-evolucao-e-impactos-de-um-mundo-cada-vez-mais-quente.html>>. Acesso em: 20 de jul de 2022.

FRAGA, Cristina Kologeski. **A atitude investigativa no trabalho do assistente social.** São Paulo: Serv. Soc. Soc, 2010.p 40-64.

GOMEZ, Andre Villar. **Pesadelo high-tech:** a quarta revolução industrial e o fim do mundo que conhecemos. Juiz de Fora, v.17, p.0-16, ago. a dez./2017.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço.** São Paulo: Annablume, 2005. 252p

IAMAMOTO, Marilda. **O Serviço Social na Contemporaneidade:** trabalho e formação profissional. 9 ed. São Paulo, Cortez, 2005.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Questão Social no capitalismo.** Temporalis, revista da associação brasileira de ensino e pesquisa em serviço social, Brasília, n. 3, jan./jul. 2001.

Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (IMAZON). Disponível em: <<https://amazon.org.br/publicacoes/faq-sad/>>. Acesso em 02 de jul de 2022.

IRIGALBA, Ana Carmem. **A prática da ecologia social:** a necessidade de integrar o social ao ecológico. In: GOMES, José Andrés Dominguez, AGUADO, Octávio Vasquez. PÉREZ, Alejandro Gaona (Org.) Serviço Social e Meio Ambiente. São Paulo: Cortez, 2005.

MARQUES, Luiz. **Capitalismo e colapso ambiental.** SciELO - Editora da Unicamp. São Paulo, 2018. 429p.

MARX, Karl. **O Capital:** crítica da economia política. Livro I. 29 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013. p 303-542

MARX, Karl. **Crítica da economia política.** Livro 3: O processo de circulação do capital. Boitempo Editorial, 2017. 984p

MENEGAT, Marildo. Convergência do terror. Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/metaxy/announcement/view/437>> Acesso em 01/04/2023.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital:** rumo a uma teoria da transição. Trad. de Paulo César Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2002.

MUNDO vive sexta extinção em massa - e é pior do que parece. G1, Natureza, 11/07/2017. Disponível em: <<http://g1.globo.com/natureza/noticia/mundo-vive-sexta-extincao-em-massa-e-e-pior-do-que-parece.ghtml>>. Acesso em: 14 de jul de 2022.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx.** – 1.ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NETTO; José Paulo. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social.** São Paulo: Cortez, 1992.

OGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Folha informativa sobre o Covid-19.** Disponível em

<<https://www.paho.org/pt/covid19#:~:text=A%20COVID%2D19%20%C3%A9%20a,na%20Rep%C3%BAblica%20Popular%20da%20China>>. Acesso em: 23 de jul de 2022

PANIAGO, Maria. **A Incontrolabilidade Ontológica do Capital:** um estudo sobre *Beyond Capital*, de L.Mészáros. Rio de Janeiro, 2001.

PEREIRA, Potyara, **Questão social, serviço social e direito de cidadania:** Temporalis, revista da associação brasileira de ensino e pesquisa em serviço social, Brasília, n. 3. 2001.

Relatório Anual do Desmatamento no Brasil 2020 - MapBiomas, 2020. Disponível em <https://fundacaoverde.org.br/a-pessoa-nao-desmata-o-cerrado-por-desmatar-mas-para-colocar-alguma-coisa-em-cima/>. Acesso em 04 de mar de 2023.

SANTOS, Fábio Fraga. **Políticas fundiárias e desenvolvimento local:** O papel do Banco da Terra na reconstrução do rural, 2005.

SILVA, M. G. **Questão ambiental e desenvolvimento sustentável:** um desafio ético-político ao Serviço Social. São Paulo: Cortez, 2010.

**THE INTERGOVERNMENTAL ON PANEL OF CLIMATE CHANGE (IPCC).
Climate Change 2020.** Disponível em
<<https://www.ipcc.ch/site/assets/uploads/2019/07/SPM-Portuguese-version.pdf>> Acesso em
04/04/2023.

THOMAS, Jeniffer Ann. **O QUE É O AQUECIMENTO GLOBAL?.** Um só planeta, 2021. Disponível em < <https://umsoplaneta.globo.com/clima/noticia/2021/04/04/bloco-1-o-que-e-o-aquecimento-global.ghtml>>. Acesso em 20 de jul de 2022.

WOOD, Ellen Meiksins. **As origens agrárias do capitalismo.** Crítica Marxista, São Paulo, Boitempo, v.1, n.10, p.12-29, 2000.

Artigo recebido em: 14 de novembro de 2022.

Artigo aceito em: 11 de abril de 2023.

Artigo publicado em: 14 de abril de 2023.